**Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro**

****

***Desenvolvimento Rural***

**Visita de Estudo – Os Baldios da Serra do Marão**

Grupo 3 – “**Os Rurais”**

***Engenharia Florestal***

A visita de estudo realizada no dia 08-03-2010 teve como objectivo permitir aos alunos o contacto directo, no campo, com a realidade da gestão dos baldios na Serra do Marão.

A multidisciplinaridade do tema obrigou à presença de várias pessoas, que foram intervindo durante o dia, em temáticas relacionadas com as suas áreas de actividade.

O primeiro ponto a ser apresentado foi ainda em viagem, circulando por uma das vertentes da Serra do Marão. Houve a possibilidade de se observarem povoamentos de *Pinus Sylvestris*, bem como algumas áreas ardidas e em fase de regeneração, na encosta oposta do vale.

Essas áreas ardidas resultaram de um incêndio de grandes proporções (1985). Na altura verificou-se que as árvores adjacentes aos cursos de água sobreviveram. Isto remete para a ideia que essas mesmas linhas de água, se arborizadas correctamente, com folhosas pouco combustíveis, podem servir como factor de compartimentação da floresta, funcionando como um importante instrumento de mitigação de incêndios florestais.

Anteriormente ao incêndio supra mencionado, existia a necessidade da reflorestação desta zona. Para isso foram escolhidas árvores de altitude, essencialmente resionosas. Quando escassearam essas espécies nos viveiros, usaram as disponíveis em *stock*, plantando, por exemplo, *Pinus Pinaster*, naquela zona tão elevada e sujeita a incêndios. Esta situação é exemplo de uma rearborização mal planeada e mal conduzida. Como contraponto, foi-nos dado o exemplo do projecto da bacia do Ramalhoso, no qual foram escolhidas folhosas de altitude, de forma a evitar incêndios de grandes proporções.

Resinosas prontas a plantar no campo

Depois de 1985 foram feitos estudos nesta área no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios, para tentar implementar medidas preventivas contra fogos, tais como instalação de parcelas de fogo controlado.

Perto do topo da serra falámos sobre fogo controlado e pastoreio.

O fogo controlado foi usado pelos pastores desde tempos ancestrais. Os pastores usam-no par limpar áreas de mato, criando pastagens. A vegetação em regeneração tem maior valor nutritivo que a vegetação mais madura.

O fogo de 1985 foi, provavelmente, originado por pastores que tentavam criar pastagens. O problema é que a desertificação, com o abandono dos campos e pastagens, permitiu a acumulação excessiva de biomassa. Assim, os fogos que eram facilmente controláveis antigamente, tornam-se incêndios incontroláveis hoje em dia. Por isso temos tantos problemas com fogos durante o período estival.

Em anos anteriores, existiam mais incêndios, mas de menores proporções. Hoje em dia os incêndios são menos, mas abrangem áreas muito maiores, sendo muito mais destrutivos.

Seria necessário integrar a pastorícia nos planos de ordenamento do território de uma maneira decisiva e concreta. A criação de parcelas de fogo controlado deverá também ter em conta o uso daquela área para pastagem, sendo necessário o contacto com os pastores, aplicando o seu conhecimento e trabalhando com eles de modo a assegurar boas condições para os rebanhos.

Naquela zona foram aproveitadas as linhas de festo e de cumeada para delimitar parcelas de fogo controlado. O intervalo de queimas devera rondar os 4 ou 5 anos.

Pode-se admitir que arborizar pode não ser tão benéfico como possa parecer à primeira vista, uma vez que limita o uso do fogo controlado. Dado que, em algumas áreas, as arborizações tem sido mal conduzidas ou mal sucedidas por falta de condições do solo, por exemplo, seria mais prático e lógico deixar crescer o mato natural. Assim podíamos submeter aquela área a um programa de fogo controlado.

Trabalhos de arborização

De novo em viagem falou-se no desfasamento que existe na protecção do terreno privado e do terreno comunitário. Não parece existir uma preocupação real com o respeito pelos terrenos comunitários, sendo comum a existência de abusos que acabam por não ser levados a justiça.

Mas o desrespeito pelo bem comunitário pode ir ainda mais longe e tomar outras proporções, quando é o próprio Estado a desrespeitar as regras, tomando uma atitude de prepotência e arrogância e agindo a revelia da vontade e interesse das pessoas daquela área. Isso acontece no baldio de Ansiães, por exemplo, onde o Estado é co-gestor. Um caso concreto de desrespeito pelo bem comunitário é a tentativa da Câmara Municipal de Amarante de apoderar-se do baldio de Ansiães, em 1890. O caso foi a tribunal, que deu razão à Assembleia de Compartes do baldio. Estes registaram-no em seguida, para evitar mais conflitos e salvaguardar os interesses da gente daquela área.

Subsistem muitas dúvidas quanto à melhor forma de lidar e gerir os baldios, bem como muitos problemas relativos à sua gestão sem resposta. Muitos dos baldios são demasiado pequenos para que se possam auto gerir. Pode-se pensar que um plano ZIF seria a solução ideal. No entanto os gestores dos baldios reservam muitas dúvidas quanto a esta possibilidade, sugerindo que seria necessário criar uma outra forma de gestão da área florestal, especifica para baldios.

Os órgãos que gerem um baldio são compostos por uma Assembleia de Compartes, que conta com todos os utilizadores do baldio, um Concelho Directivo e uma Comissão de Fiscalização.

O Concelho directivo pode ser a junta de Freguesia, embora esta situação possa representar uma subversão ao ideal inicial dos baldios, podendo existir a partidarização das decisões acerca dos terrenos. A contabilidade é, também, um factor importante, não podendo existir promiscuidade entre as contas da junta e do baldio. As contas do baldio têm de ser apresentadas à Assembleia de Compartes sem estarem misturadas com contabilidade que não lhes diz respeito, uma vez que o conceito de baldio não coaduna com o conceito de propriedade pública.

A utilidade que a Assembleia de Compartes dá ao dinheiro recebido e a forma como gerem o terreno dos baldios pode ser controversa. Segundo a lei, pelo menos parte do dinheiro recebido deveria ser reinvestido no baldio, o que nem sempre acontece. Não existe a obrigação de investir o suficiente no baldio para que este seja sujeito a uma gestão eficaz, que o enriqueça em capacidade produtiva e sustentável. Outro ponto de discórdia será o uso do terreno do baldio. Se, por um lado, estamos a lidar com terreno comunitário que pertence a uma comunidade específica, também falamos numa área do território nacional bastante considerável. Visto isto, pode-se entender que o que quer que se faça nos baldios, afectará, de alguma maneira, a paisagem e a economia do País. Assim, pergunta-se se os restantes cidadãos terão voto na matéria. Uma das fontes de receita dos baldios tem sido as rendas pagas pelas empresas proprietárias dos aerogeradores. O que se tem passado um pouco por todo o país tem sido o florescimento de campos eólicos massivos um pouco por todo o lado. As montanhas recobrem-se de ventoinhas. O impacto visual é assombroso, não falando no impacto ambiental, que também o há, principalmente em campos de larga escala. Até que ponto é que as Assembleias de Compartes têm o direito de decidir o destino da paisagem natural a nível nacional está ainda por discutir e decidir. O problema vai muito para além da questão da paisagem se estivermos a falar de formas de utilização do solo que ameacem a sustentabilidade e o ecossistema, ou mesmo que tenham impactos em regiões a jusante. Mantêm-se a dúvida se será ou não legítima a intervenção por vontade da restante população do país.

Com o passar do tempo os baldios têm perdido a utilidade para as pessoas. Os compartes limitam-se a receber a renda, não tomando um papel activo na gestão e tomada de decisões. Isto conduz, naturalmente, à degradação física do baldio e também a possíveis abusos da parte do Concelho Directivo. Existe, portanto, uma desgovernação crescente.

Durante o dia houve também a possibilidade de visitar instalações mineiras abandonadas e ruínas antigas de uma estrutura a que chamam casa do gelo, por ter sido usada para armazená-lo. Estas ruínas revestem-se de grande interesse histórico e turístico. É possível aproveitar este género de estruturas para fomentar o turismo, criando uma fonte de rendimento, ao mesmo tempo que se chama a atenção das pessoas e se lhes mostra a história do seu país. Isto faz com que as pessoas estejam mais conscientes da sua história, da situação do seu país e sobretudo imbui-as de um sentimento de protecção do que é seu. Isto conduz à preservação da nossa cultura, identidade e história, bem como das infra-estruturas históricas e o fomento da pesquisa nas áreas da arqueologia, sociologia, antropologia, etc.

Ruínas da “Casa do gelo”